

CELEIRO DE COMPANHIAS GLOBAIS

Nas últimas décadas, o Brasil transformou-se em uma poderosa e bem-sucedida incubadora de companhias globais. Contudo, a alta carga tributária em vigor no país arrisca pôr isso a perder

POR FREDERICO ARAUJO TUROLLA



NICTHER

J. das Cobras
Ilha Fiscal

Ponta
do Gragoata

Bôa Viagem

I. de Villegaignon

RIO DE
de Ju
JANEIRO

Fortaleza
de Lage 25
sta

Praia do Flamengo

60

Uma reportagem recente da revista *The Economist* (“The tigers that lost their roar”) revisitou o fato de que as economias do Sudeste Asiático não estão sendo capazes de gerar companhias de classe mundial. Ao mesmo tempo, as demais economias emergentes, como diz a revista, “estão produzindo companhias de classe mundial às dúzias”.

A questão é interessante sob a perspectiva brasileira, pois o país tem sido uma das estrelas da onda de investimento direto que hoje se origina nos países emergentes. Este artigo discute os ingredientes da nossa receita de sucesso: o “modelo brasileiro” de produção de companhias globais.

MODELO BRASILEIRO. O Brasil possui uma receita para a criação de companhias de classe mundial. Esse modelo só pode ser entendido à luz dos acontecimentos da história recente do país. Após anos de intervenção estatal, controle de preços e limitada exposição das empresas à competição global, o parque industrial brasileiro se revelou ineficiente. Os anos 1990 assistiram a uma reversão desse modelo.

Na primeira metade da década, a abertura comercial da gestão Collor aumentou a exposição das empresas à competição, ainda que de forma turbulenta. Isso porque, tendo sido quase unilateral, sem a negociação de contrapartidas junto aos parceiros, representou desperdício de uma oportunidade histórica de garantir acesso a mercados para produtos brasileiros. Mesmo assim, acirrou a competição interna. Os dispositivos do Mercosul também contribuíram para facilitar o acesso ao mercado brasileiro.

A apreciação cambial que durou de meados daquela década até 1999 foi relevante não apenas pelo seu papel na contenção dos preços, mas também por representar feroz pressão competitiva sobre os produtores domésticos. Não há exagero em dizer que as empresas que produziam no Brasil experimentaram, no período entre 1994 e 1998, o período mais desesperador de sua história. Diante das res-

trições mais brandas à importação, e de uma taxa de câmbio artificialmente estabelecida em níveis pró-estrangeiro, a vida empresarial no Brasil tornou-se muito difícil.

OPÇÕES. Sob dupla pressão, de abertura e câmbio desfavorável, as empresas brasileiras encontraram-se diante de três alternativas: primeira, fechar as portas; segunda, vender o negócio, tipicamente para grupos internacionais que poderiam operar o mesmo capital com maior produtividade; ou terceira, partir para o ataque, uma opção heróica e arrojada. De fato, alguns ícones do capitalismo brasileiro não resistiram à pressão e fecharam; outros brigaram e sobreviveram. Os nomes corporativos brasileiros que hoje despontam no cenário internacional são precisamente estes últimos.

As empresas que se mostraram mais resistentes foram capazes de se modernizar e dar novos passos que eventualmente conduzem à expansão produtiva em mercados estrangeiros. Quem sobreviveu à crise da segunda metade dos anos 90 enfrenta hoje os grandes de igual para igual. Esses campeões, além de realizar ajustes radicais, aproveitaram o momento de pressão competitiva com menor proteção comercial e câmbio desfavorável dos anos 1990 até 1998 para modernizar seu parque produtivo, realocar plantas e revisar seus produtos e processos. O real forte ajudou a importação de máquinas e equipamentos, o que contribuiu para um verdadeiro *boom* no consumo aparente dos equipamentos no parque produtivo, após o Plano Real.

AO ALÉM-MAR. A aventura ultramarina das empresas brasileiras intensificou-se, inicialmente, com as exportações. Após competição intensa, a desvalorização cambial, em 1999, estimulou o mercado interno e ainda trouxe um alento à exportação. O que se viu, desde então, foi um crescimento espetacular do volume exportado, intensificado em

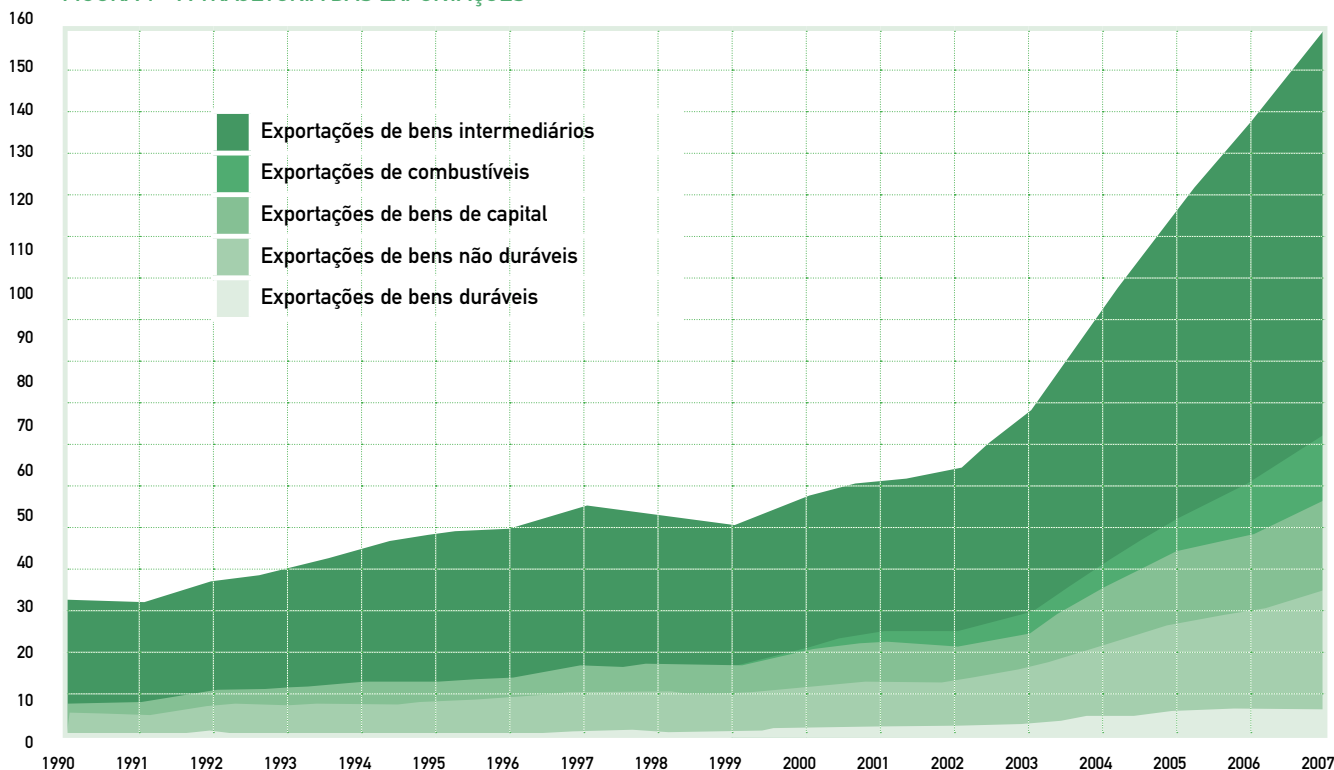


ESTUDOS MOSTRAM QUE O SETOR PRIVADO BRASILEIRO É COMPETITIVO E QUE A PRINCIPAL FONTE DE FALTA DE COMPETITIVIDADE DO PAÍS VEM DO SEU APARATO BUROCRÁTICO

anos recentes por preços bastante favoráveis. A Figura 1 mostra que, a partir de 1999, a taxa de crescimento das exportações se intensifica de maneira notável, com outra inflexão em 2002. Há razões acessórias, como as políticas públicas para o agronegócio em momento anterior.

Note-se que a saída do regime de câmbio administrado, em 1999, foi um elemento importante da receita brasileira de criação de empresas globais. Embora muito criticada no Brasil, o momento da desvalorização foi fundamental para a suavização dos efeitos de desorganização do sistema produtivo que tipicamente acontece em países com solavancos na área cambial.

FIGURA 1 - A TRAJETÓRIA DAS EXPORTAÇÕES



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Obviamente, a saída não foi indolor e os custos foram absorvidos pelo setor público, mediante a estratégia de oferecer continuamente instrumentos de proteção cambial em grande volume ao setor privado. As conseqüências da absorção do impacto da dívida cambial ainda pesam sobre o país, com influência até mesmo sobre a taxa de juros. Porém, é forçoso reconhecer que, enquanto México e Argentina, por exemplo, experimentaram amargas recessões e assistiram ao recrudescimento da inflação até níveis como 50%, o Brasil foi capaz de fazer a travessia sem comprometer a força de suas empresas.

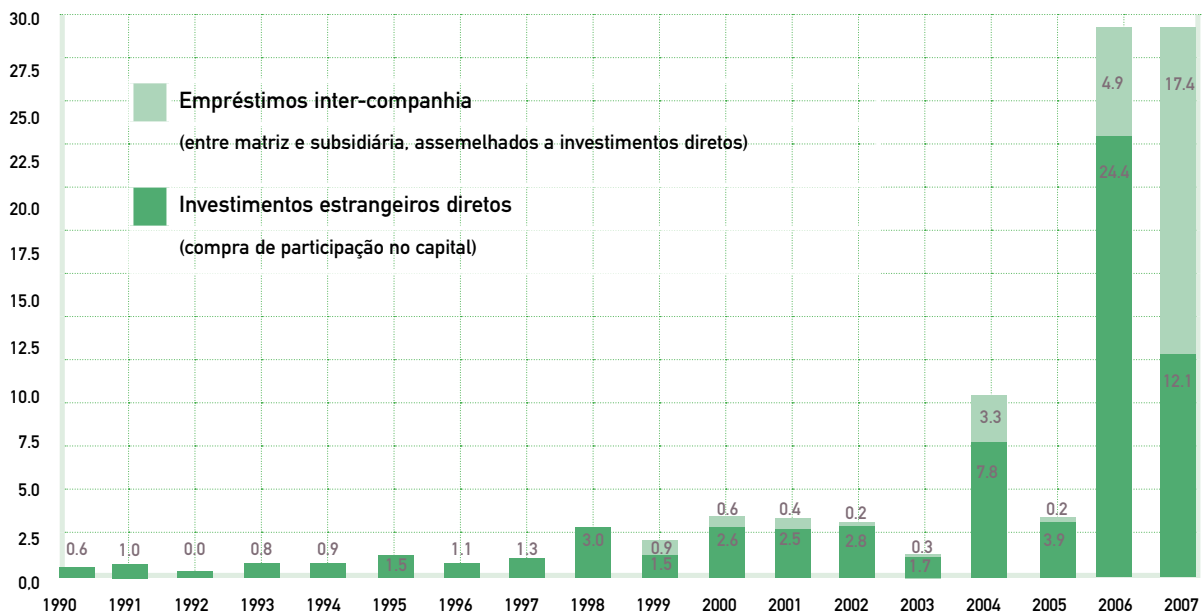
Na esteira do crescimento das exportações, empresas brasileiras intensificaram a penetração em mercados internacionais e passaram a investir em bases de logística, distribuição e produção no exterior. Inicia-se então um *boom* de investimentos diretos brasileiros no exte-

rior, um fenômeno desta década, conforme a Figura 2.

Note-se que esta história ajusta-se ao padrão do conhecido modelo de internacionalização de Uppsala. Neste, o processo é iniciado por uma seqüência que começa com exportações e é seguida por investimentos diretos de complexidade e difusão crescentes. Assim, primeiro cresce a exportação para depois crescer, com defasagem, o fluxo de investimentos diretos no exterior. Portanto, as origens da força da “produção” de novas empresas globais brasileiras remontam, de fato, à década passada e começam bem antes da aquisição ou da construção de ativos no exterior.

SUCESSO EM RISCO. O “modelo brasileiro” de produção de companhias de classe mundial é um claro caso de suces-

FIGURA 2 - INVESTIMENTO BRASILEIRO DIRETO NO EXTERIOR, US\$ BILHÕES



Fonte: Banco Central do Brasil



A EXPULSÃO DE EMPRESAS, CAUSADA PELA TRIBUTAÇÃO CRESCENTE, FAZ COM QUE O PAÍS EXPORTE SEUS MELHORES EMPREGOS

so. Entretanto, ele ainda será testado. Um dos principais desafios desse modelo será manter a competitividade das empresas no ambiente doméstico, evitando a “exportação” de nossas bases de produção e, conseqüentemente, dos melhores empregos por elas gerados.

Além da competitividade genuína, um vetor decisivo para essa exportação de empresas e de empregos tem sido a ampliação da carga tributária. Esta cresce continuamente há quase duas décadas e já permite ao Estado reter o equivalente a 35% do valor agregado anual da economia. A mordida do fisco se concentra em tributos de caráter cumulativo, ou seja, que incidem na forma da conhecida “cascata”.

Por outro lado, o retorno do Estado na forma de bens e serviços públicos é sensivelmente inferior ao de outras nações com níveis semelhantes de tributação. Trata-se de um triplo

problema: carga elevada e crescente, má qualidade do sistema tributário e baixo retorno ao cidadão – agravado pela baixa transparência, pois o relacionamento entre o contribuinte e as autoridades tributárias é marcado por uma complexidade que acaba gerando certa discricionariedade dos fiscais.

SOLUÇÃO À DISTÂNCIA. A solução não parece estar ao alcance dos olhos. O governo discute medidas de contenção de demanda sem sequer mencionar o nível crescente do seu gasto, o que exige ampliação contínua da carga tributária. Enquanto isso, o próprio governo apresentou ao Congresso emenda constitucional para a reforma do sistema tributário, novamente sem mencionar a raiz do problema: a despesa pública.

A expulsão de empresas causada pela tributação crescente faz com que o país exporte seus melhores empregos. Um possível desafio adicional, no futuro, é o eventual recrudescimento de práticas protecionistas, na medida em que a opinião pública começa a perceber os estragos da tributação. A razão disso é a tendência brasileira de não abordar a origem dos problemas, mas apenas seus sintomas – no caso, aumentando a proteção em vez de resolver o problema de ganância que leva à tributação extorsiva.

Estudos mostram que o setor privado brasileiro é competitivo e que a principal fonte de falta de competitividade do país vem do seu aparato burocrático. Assim, ao contrário do que parece, o desafio do “modelo brasileiro” de geração de empresas globais está mais nas mãos do Estado do que ao alcance das próprias empresas. Uma eventual – e altamente improvável – contenção dos gastos públicos poderia se converter na melhor política industrial já feita na história do país. As empresas brasileiras estão fazendo o seu papel, importa pelo menos não atrapalhá-las. ✖